

Diário do Acionista

ANO IX • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Terça-feira, 3 de junho de 2025 • N° 2064 • R\$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

Especial

Fraudes em seguros

PÁGINA 4

FRAUDE NO INSS

Justiça Federal bloqueia R\$ 23 milhões de empresas

A Justiça Federal determinou o bloqueio de R\$ 23,8 milhões em bens de empresas e seus sócios investigados por suspeitas de fraudes contra aposentados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). A decisão foi emitida em ação movida pela Advocacia-Geral da União (AGU), em nome do INSS, para garantir que o dinheiro bloqueado possa ser usado para ressarcir aposentados e pensionistas vítimas de descontos ilegais. O bloqueio alcança as empresas Venus Consultoria Assessoria Empresarial S/A, e os sócios Alexandre Guimarães e Rubens Oliveira Costa, e THJ Consultoria Ltda e a sócia Thaisa Hoffmann Jonasson. O Estádio busca contato com as empresas e executivos. **PÁGINA 2**

MALUQUICE

Paes veta dia da 'cegonha reborn' criado por vereadores

O prefeito do Rio, Eduardo Paes (PSD), vetou integralmente o projeto de lei para criar o "Dia da Cegonha Reborn", com o intuito de homenagear o trabalho das artesãs que criam os bonecos hiper-realistas. Ontem Paes publicou uma foto do veto em seu perfil do X e escreveu "Com todo respeito aos interessados mas não dá". O projeto do "Dia da Cegonha Reborn" foi aprovado pela Câmara Municipal em 8 de maio - diante da repercussão que os bonecos ganharam no País. Caso fosse sancionada a proposta, a data escolhida para a comemoração seria no dia 4 de setembro. De acordo com o relator do projeto, vereador Vitor Hugo, a criação da data é valorizar o trabalho das "cegonhas" - artesãs que confeccionam os bonecos. **PÁGINA 6**

IMPOSTO

Haddad diz que alternativa a alta do IOF pode ser antecipada

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que as conversas com os presidentes das duas Casas legislativas durante o fim de semana deixaram a equipe econômica "muito confortável" para chegar a uma solução estrutural visando o cumprimento das metas fiscais tanto de 2025 como dos anos seguintes. A afirmação foi feita ontem na chegada dele ao ministério, em meio a críticas vindas do mercado sobre a elevação de alíquotas do IOF para o crédito de empresas, para operações cambiais e para grandes in-

vestidores em previdência privada. "Quero deixar claro que as conversas (neste fim de semana com os presidentes da Câmara e do Senado) evoluíram e nos deixaram, nós, aqui da Fazenda e da área econômica, muito confortáveis", disse Haddad. "Esse é o jogo que interessa ao país. Não simplesmente uma situação paliativa para resolver um problema de cumprimento da meta do ano, mas voltar para questões estruturais para dar conforto a qualquer governante". **PÁGINA 2**

Galípolo critica uso do IOF para arrecadar

JOSÉ CRUZ/ABRASIL



Definido como regulatório pela Constituição, o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) não deve ser usado com o objetivo de elevar a arrecadação nem para substituir aumento de juros, disse ontem o presidente do Banco Central (BC), Gabriel Galípolo. Em evento em São Paulo, ele manifestou receio de que a recente elevação do imposto seja interpretada pelos investidores internacionais como controle de capital. "Eu sempre tive essa visão de que não deveria utilizar o IOF nem para questões arrecadatórias, nem para fazer algum tipo de apoio para a política monetária. É um imposto regulatório, como está bem definido", disse Galípolo durante debate promovido pelo Centro de Debate de Políticas Públicas (CDPP). Em relação ao aumento do imposto sobre o crédito para empresas, o presidente do BC disse que o ideal seria o tributo não afetar a escolha de onde o empresário vai pegar dinheiro emprestado. "Não é desejável que você tenha uma escolha de uma linha ou de um produto específico em função de uma arbitragem tributária", acrescentou. Além de prometer reforçar a arrecadação do governo em R\$ 19,1 bilhões até o fim do ano, considerando os dois pontos revogados no dia seguinte ao anúncio do aumento, a elevação do IOF, segundo analistas, equivale a um aumento de 0,5 ponto percentual na Taxa Selic, ao encarecer o crédito para as empresas.

TRAMA GOLPISTA

LULA MARQUES/ABRASIL



Moraes marca para dia 9 depoimento de Bolsonaro e mais 7 réus

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), marcou para o dia 9 de junho, às 14h, o depoimento do ex-presidente Jair Bolsonaro (foto) e mais sete réus na ação da trama golpista. O interrogatório será feito presencialmente na sala de julgamentos da Primeira Turma da Corte. O primeiro a depor será o tenente-coronel Mauro Cid, delator nas investigações. Em seguida, Bolsonaro e dos demais vão depor em ordem alfabética. A data foi designada após Moraes encerrar ontem a fase dos depoimentos de testemunhas de acusação e defesa. Entre 19 de maio e 2 de junho, foram ouvidas 52 testemunhas arroladas pela Procuradoria-Geral da República (PGR), que faz a acusação, e pelas defesas dos acusados. A expectativa é de que o julgamento que vai decidir pela condenação ou absolvição do ex-presidente e dos demais réus ocorra neste ano. **PÁGINA 6**

INDICADORES

IBOVESPA -0,18% / 136.786,65 / -239,97 / Volume: 20.938.628.472 / Negócios: 3.519.960				Bolsas no mundo		Salário mínimo	R\$ 1.412,00	IGP-M	-0,49% (mai.)	EURO turismo										
Mais Negociados				Majores Altas		Majores Baixas		Fechamento	%	Ufir-RJ										
Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Taxa Selic	(07/05)										
AZUL PN N2	0,91	+1,11	+0,01	BRASKEM PNB N1	8,00	+17,13	+1,17	NORDON MET ON	6,03	-11,19	-0,76	S&P 500	5,935,94	+0,41	IPCA-15	0,36% (mai.)	Compra: 6,5891	Venda: 6,7691		
B3 ON NM	13,71	-1,72	-0,24	PANATLANTICAON	36,00	+9,09	+3,00	ONCOCLINICASON NM	4,600	-8,73	-0,440	NASDAQ Composite	19,242,613	+0,67	CDI	(07/05)	14,65%	DÓLAR Ptax - BC	Compra: 5,6937	-0,26%
HAPVIDA ON NM	2,81	-1,75	-0,05	WDC NETWORKSON NM3,650	+7,35	+0,250	RENOVA PN N2	0,77	-8,33	-0,07	Nasdaq 100	21,491,748	+0,71	OURO	(3/06)	0,1713%	DÓLAR comercial	Compra: 5,6744	Venda: 5,6750	
BRASIL ON ATZ NM	23,28	-0,60	-0,14	DTCOM.DIRECTON	3,75	+7,14	+0,25	PAR AL BAHIA PN	45,02	-8,10	-3,97	Euronext 100	1,578,33	-0,06	BM&F/grama/RJ	R\$ 621,49	Compra: 5,6744	Venda: 5,6750		
PETROBRAS PN N2	31,08	+0,58	+0,18	BRISANET ON NM	2,950	+5,36%	+0,150	ROSSI RESID ON NM	1,71	-8,06	-0,15	CAC 40	7.737,2	-0,19	EURO Comercial	Compra: 6,4940	Venda: 6,4946	DÓLAR turismo	Compra: 5,7230	Venda: 5,9030

MERCADOS

Bovespa inicia junho em leve baixa de 0,18%, aos 136,7 mil pontos

LUÍS EDUARDO LEAL

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) se firmou no campo negativo a partir do início da tarde, cedendo a linha dos 137 mil pontos, e encerrando o dia no menor nível desde 12 de maio, então aos 136.563,18 pontos. Ontem, oscilou entre 136.482,87 e 138.471,10 - quase 2 mil pontos entre a mínima e a máxima do dia -, terminando aos 136.786,65 pontos, em leve baixa de 0,18%, a quarta perda consecutiva para o índice. O giro foi de R\$ 20,8 bilhões nesta primeira sessão de junho. No ano, o Ibovespa sobe 13,72%.

As perdas do índice na sessão foram mitigadas pelo desempenho favorável das duas principais empresas da carteira, Vale (ON +0,88%) e Petrobras (ON +0,30%, PN +0,58%), com o petróleo mostrando alta perto de 3% no fechamento da sessão em Londres e Nova York. Bradesco (ON +0,29%, PN +0,25%) conseguiu se descolar do dia majoritariamente negativo para os grandes bancos, com Santander (Unit -

0,74%) e Itaú (PN -0,7%) à frente.

Na ponta ganhadora do Ibovespa (Índice Bovespa), Metalúrgica Gerdau (+5,14%), Gerdau (+5,05%) e CVC (+4,22%). No lado oposto, São Martinho (-4,82%), Braskem (-4,36%) e RD Saúde (-3,23%).

DÓLAR

O dólar abriu a semana e o mês em queda firme no mercado local, em sintonia com a onda de desvalorização da moeda americana no exterior após sinais de acirramento da guerra comercial.

Após mínima a R\$ 5,6671 pela manhã, o dólar reduziu parte das perdas na segunda etapa de negócios, com a virada do Ibovespa para o campo negativo. Com máxima a R\$ 5,7102, a divisa terminou o primeiro pregão de junho em baixa de 0,77%, a R\$ 5,6757, depois de ter recuado 0,76% em maio. No ano, a moeda americana acumula desvalorização de 8,16% em relação ao real, que tem o melhor desempenho entre as divisas latino-americanas no período.

BC/Focus

Mercado financeiro reduz previsão da inflação para 5,46%

ANDREIA VERDÉLIO/ABRASIL

A previsão do mercado financeiro para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) - considerado a inflação oficial do país - passou de 5,5% para 5,46% este ano. A estimativa está no Boletim Focus desta segunda-feira, pesquisa divulgada semanalmente pelo Banco Central (BC) com a expectativa de instituições financeiras para os principais indicadores econômicos.

Para 2026, a projeção da inflação permaneceu em 4,5%. Para 2027 e 2028, as previsões são de 4% e 3,85%, respectivamente.

A estimativa para 2025 está acima do teto da meta de inflação que deve ser perseguida pelo BC. Definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a meta é de 3%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 1,5% e o superior 4,5%.

Em abril, a inflação oficial fechou em 0,43%, pressionada principalmente pelos preços dos alimentos e de produtos farmacêuticos. O resultado mostra desaceleração pelo segundo mês seguido, após o IPCA ter marcado 1,31% em fevereiro e 0,56% em março. No acumulado em 12 meses, o índice divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) soma 5,53%.

JUROS BÁSICOS

Para alcançar a meta de inflação, o Banco Central usa como principal instrumento a taxa básica de juros, a Selic, definida em 14,75% ao ano. A alta do preço dos alimentos e da energia e as incertezas em torno da economia global fizeram o BC aumentar mais uma vez os juros em 0,5 ponto percentual na última reunião, no início do mês, o sexto aumento seguido da Selic em um ciclo de contração na política monetária.

Nota

TCU DIZ QUE ANAC DESCUMPRIU PRAZO PARA RELICITAR VIRACOPÓS E DETERMINA AUDIÊNCIA

O Tribunal de Contas da União (TCU) aponta que a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) perdeu o prazo estabelecido para a relicitação do Aeroporto Internacional de Viracopos, em Campinas (SP). Em despacho ontem, o ministro Bruno Dantas determina que o diretor-presidente interino da Anac, Roberto José Honorato, passe por audiência para que explique as razões do atraso. Conforme o ministro, um acórdão deste ano ratificou o dia 2 de junho como prazo para a publicação do edital. O processo de relicitação está em curso desde 2020, após a Aeroportos Brasil-Viracopos (ABV), atual concessionária, aceitar uma saída consensual depois de anos de conflitos. Em 2023, o governo federal tentou repactuar o contrato para a permanência da empresa, mas não houve acordo. Diante da confirmação de que não havia chances de repactuação, o TCU determinou o prosseguimento da relicitação.

IMPOSTO

Haddad: alternativa a alta do IOF pode ser antecipada

PEDRO PEDUZZI/ABRASIL

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que as conversas com os presidentes das duas Casas legislativas durante o fim de semana deixaram a equipe econômica "muito confortável" para chegar a uma solução estrutural visando o cumprimento das metas fiscais tanto de 2025 como dos anos seguintes.

A afirmação foi feita ontem na chegada dele ao ministério, em meio a críticas vindas do mercado sobre a elevação de alíquotas do IOF para o crédito de empresas, para operações cambiais e para grandes investidores em previdência privada.

"Quero deixar claro que as conversas (neste fim de semana com os presidentes da Câmara e do Senado) evoluíram e nos deixaram, nós, aqui da Fazenda e da área econômica, muito confortáveis", disse Haddad.

"Esse é o jogo que interessa ao país. Não simplesmente uma situação paliativa para resolver um problema de cumprimento da meta do ano, mas voltar para questões estruturais para dar conforto a qualquer governante. Tanto ao presidente Lula o ano que vem, como a quem for eleito o ano que vem, em uma perspectiva de mais longo prazo", acrescentou.

ACOLHIMENTO

Segundo o ministro, tanto o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta; como do Senado, Davi Alcolumbre, passaram uma impressão "de acolhimento" ao que foi apresentado pela equipe econômica durante a reunião.

Ele elogiou as agendas das duas casas tanto para resolver

problemas estruturais, como para avançar em reformas mais amplas.

Segundo o ministro, tanto Lula como os dois presidentes do Legislativo sabem da necessidade de se debruçar sobre essas questões e tomar uma decisão antes do embarque de Lula para a França.

"Nós (da equipe econômica) já sabemos exatamente o que está na mesa. Vamos definir qual vai ser o recorte a ser feito nas medidas e apresentar para os três presidentes", disse Haddad ao garantir que não abrirá mão de cumprir as metas estabelecidas em comum acordo entre Executivo e Legislativo.

A expectativa do ministro é de que tudo seja resolvido muito rapidamente.

"Ninguém está aqui querendo postergar. Aliás, eu disse (a Motta e Alcolumbre) que não preciso dos 10 dias de prazo, como foi dado na reunião da semana passada".

SOLUÇÕES ESTRUTURAIS

De acordo com Haddad, "sabemos o que precisa ser feito, mas precisa tomar a decisão política do que será feito. Mas diante do que eu ouvi, acredito que essa semana a gente possa resolver e melhorar tanto a regulação do IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) como as questões estruturais. Não dá para dissociar mais uma coisa da outra".

Haddad reiterou a preferência "deste e de todos ministros da Fazenda" por soluções estruturais.

"Se o Congresso também está dizendo que prefere isso, por que eu vou dizer o contrário? É muito melhor para o país soluções estruturais", acrescentou.

COMBUSTÍVEL

Petrobras reduz preço da gasolina A para as distribuidoras

CRISTINA INDIO DO BRASIL/ABRASIL

Os preços de venda de gasolina A da Petrobras para as distribuidoras terão uma redução de 5,6%, a partir de hoje. Segundo a empresa, o preço médio deste tipo de venda passará a ser de R\$ 2,85 por litro, o que representa um recuo de R\$ 0,17 por litro.

"Considerando a mistura obrigatória de 27% de etanol anidro e 73% de gasolina A para composição da gasolina C vendida nos postos, a parcela da Petrobras no preço ao consumidor passará a ser de R\$ 2,08 /litro, uma redução de R\$ 0,12 a cada litro de gasolina C", explicou a Petrobras em nota divulgada ontem, no Rio de Janeiro.

Incluindo a redução de hoje, desde dezembro de 2022 a Petrobras recuou os preços da gasolina para as distribuidoras em R\$ 0,22 / litro, ou seja, uma queda de 7,3%. "Considerando a inflação do período, esta redução é de R\$ 0,60 / litro ou 17,5%", informou.

TRANSPARÊNCIA

Para assegurar transparência

consulta até por CNPJ das empresas que estão deixando de pagar seus impostos", observou o ministro.

Haddad disse que não faz parte dos objetivos do governo fazer uso de decretos para ampliar a agenda que está sendo posta.

"O decreto foi para resolver um problema pontual, distorções pontuais. Se nós ficarmos de decreto em decreto, não vamos fazer o que o país precisa, que é apontar um horizonte de médio e longo prazo de sustentabilidade", explicou.

Na quarta-feira passada, o governo anunciou o resgate de R\$ 1,4 bilhão de dois fundos, o Fundo Garantidor de Operações (FGO) e o Fundo de Garantia de Operações do Crédito Educativo (FGEDUC), administrado pela Caixa Econômica Federal, para compensar a revogação de dois pontos do decreto que aumentou o IOF.

A elevação de alíquotas do IOF para o crédito de empresas, para operações cambiais e para grandes investidores em previdência privada pretendia arrecadar R\$ 20,5 bilhões neste ano para impedir a paralisação da máquina pública este ano. Com a retirada de dois pontos do decreto, a estimativa caiu para R\$ 19,1 bilhões.

Embora inicialmente o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, tenha anunciado que a revogação parcial do decreto reduziria a arrecadação em R\$ 2 bilhões este ano, o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, confirmou que o impacto será menor e ficará em R\$ 1,4 bilhão neste ano e R\$ 2,8 bilhões em 2026.

Segundo ele, as projeções foram reduzidas durante o recálculo das medidas.

no acompanhamento dos preços, a Petrobras publica no seu site informações relacionadas à formação e composição dos preços de combustíveis ao consumidor.

Assim, eles têm também uma melhor compreensão do processo da companhia. Para buscar as informações basta acessar o link.

INSS

Justiça bloqueia R\$ 23,8 mi de empresas ligadas a fraude

RAYSSA MOTTA/AE

A Justiça Federal determinou o bloqueio de R\$ 23,8 milhões em bens de empresas e seus sócios investigados por suspeitas de fraudes contra aposentados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

A decisão foi emitida em ação movida pela Advocacia-Geral da União (AGU), em nome do

INSS, para garantir que o dinheiro bloqueado possa ser usado para ressarcir aposentados e pensionistas vítimas de descontos ilegais.

O bloqueio alcança as empresas Venus Consultoria Assessoria Empresarial S/A, e os sócios Alexandre Guimarães e Rubens Oliveira Costa, e THJ Consultoria Ltda e a sócia Thaisa Hoffmann Jonasson. O Estádio

busca contato com as empresas e executivos.

A juíza Luciana Raquel Tolentino de Moura, da 7ª Vara Federal do Distrito Federal, considerou que o bloqueio de bens e ativos é prudente para garantir que, ao final do processo, em caso de condenação das empresas, haverá recursos para o ressarcimento dos aposentados.

Ao todo, a AGU pediu o blo-

queio de bens na ordem de R\$ 2,56 bilhões contra 12 entidades associativas e seus dirigentes, totalizando 60 réus. O processo foi desmembrado em 15 ações judiciais, para facilitar o andamento. Essa foi a primeira decisão no conjunto de ações sobre o caso.

As entidades processadas pela AGU são apontadas como empresas de fachada, criadas para operar as fraudes no INSS. A investigação aponta ainda que elas teriam pagado propinas a agentes públicos para conseguir autorização para os descontos ilegais, sem o conhecimento dos aposentados. Também foram incluídas nas ações seis empresas suspeitas de intermediarem vantagens indevidas.

Diário do Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo

Rua Olímpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899**Administração - Redação**

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

redacaodiariodoacionista@gmail.com

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALISTAS

ACESSE NOSSO SITE

Fraudes em seguros: especialista alerta para o impacto de falsos sinistros no mercado

POR BÁRBARA SOUZA

O mercado segurador brasileiro enfrenta um crescimento preocupante nos casos de fraudes, com táticas cada vez mais elaboradas para burlar o sistema. Segundo Paulo Avelar, especialista do setor e franqueado de uma seguradora, estamos vivendo um momento crítico. "No meu entendimento, hoje, vivemos a época de ouro no que se refere aos falsos sinistros com o intuito de 'dar' fraude em Seguros. Os produtos como: carros, motos, residencial, empresarial e cargas são os mais constantes em nossa Corretora", afirma.

Mas ainda em setores como o de seguro agrícola que registrou em 2023, de acordo com a Confederação Nacional de Agricultura (CNA), cerca de 20% dos sinistros foram considerados fraudulentos, causando prejuízos de aproximadamente R\$ 500 milhões às seguradoras. Dados da Susep (Superintendência de Seguros Privados) revelam que nesse mesmo ano, mais de 20% dos sinistros analisados apresentavam indícios de irregularidades, gerando prejuízos milionários às seguradoras.

Esse cenário tem reflexo direto no bolso do consumidor, como explica Avelar: "É como se diz no mercado 'As seguradoras repassam os prejuízos'. O aumento de sinistros impacta diretamente no valor do prêmio do seguro. Logo, as fraudes no sinistro, quando indenizadas, irão fomentar diretamente no preço das renovações e novos acordos.. O prejuízo é diluído para todos os segurados. O justo pagando pelo pecador".

Para reduzir esses riscos, as seguradoras têm investido em ferramentas tecnológicas e parcerias especializadas. Rastreadores veiculares, inteligência artificial para análise de padrões e empresas terceirizadas de perícia são algumas das estratégias adotadas, por exemplo, nos seguros de automóveis. "As seguradoras 'trabalham' com o princípio da boa fé. Os questionários informativos são preenchidos pelo segurado. Seja para informar o CEP de circulação ou pernoite, bem como se é guardado em garagem, usando o auto como exemplo", explica Paulo.



PEXELS

Ele destaca ainda que a evolução tecnológica tem dificultado a ação de fraudadores: "Com o avanço da tecnologia, as Seguradoras utilizam rastreadores de ponta para acompanhamento em tempo real dos bens que se locomovem que por ela estão segurados. As Companhias de Seguros buscam parceiros especializados em análise de Sinistros para melhor precisão do evento, acidente, prejuízo material, na busca da verdade real, ou, quem sabe, uma fraude".

Caso recente

Mas ainda há quem tente. No ano passado a Polícia Civil de São Paulo desarticulou uma quadrilha especializada em fraudar seguros de automóveis por meio de colisões propositas. O grupo agia no ABC Paulista e usava carros batidos em desmanches para simular acidentes e lucrar com indenizações.

Os criminosos abordavam motoristas em estações vulneráveis (como em saídas de estacionamentos) e provocavam batidas leves. Eles usavam documentos adulterados e informações de terceiros para registrar o sinistro e alguns "culpados" apareciam em múltiplos sinistros em curto espaço de tempo, levantando suspeitas.

Os envolvidos foram pegos quando as seguradoras notaram que os mesmos nomes e veículos apareciam em vários sinistros. A

Divisão de Crimes Contra o Consumidor (Decon) rastreou ligações e transações bancárias, identificando o esquema e em fevereiro de 2024, policiais cumpriram mandados e prendeu 5 pessoas, que responderão por estelionato e associação criminosa.

Como o consumidor pode se proteger?

Além das medidas das seguradoras, os próprios segurados devem estar atentos para evitar cair em golpes ou, até mesmo, cometer irregularidades sem intenção.

Especialistas recomendam:

- Declarar informações corretas no momento da contratação do seguro;
- Evitar omitir dados relevantes, como local de guarda do veículo ou histórico de sinistros;
- Desconfiar de intermediários que prometem "facilitar" indenizações;
- Exigir transparência em todo o processo de contratação e sinistro.

Com o mercado em constante transformação, a fiscalização rigorosa e a conscientização dos consumidores são essenciais para diminuir o avanço das fraudes e garantir um ambiente de negócio mais seguro para todos.

GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DA DEFESA
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA

PREGÃO 90060/2025

A União por intermédio da Escola Superior de Guerra - Ministério da Defesa torna Público, para conhecimento dos interessados, através do Pregoeiro nomeado na PORTARIA SLIC ESG Nº 109, de 27 de março de 2025, que fará realizar licitação, na modalidade de **PREGÃO Tradicional**, na forma **ELETRÔNICA**, tipo **Menor Preço por Grupo** tendo por finalidade a **Prestação de serviço eventual de locação de veículos para transporte de pessoal para a Escola Superior de Guerra**. A sessão pública será realizada no dia **18 de Junho de 2025**, às **09h00min**, na forma eletrônica, no portal de compras do governo federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br>).

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA

MINISTÉRIO DA SAÚDE
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.046/2025

A Pregoeira Pedro Paulo Gonçalves Baptista Alves Nunes convida as empresas interessadas em participarem do Pregão Eletrônico nº. 90.046/2025 no dia 18/06/2025 às 14h00min. - Objeto: Aquisição de medicamento (ÁCIDO VALPRÓICO / VALPROATO DE SÓDIO 250MG CÁPSULA OU COMPRIMIDO, AMITRIPTILINA, CLORIDRATO 25MG COMPRIMIDO, CITALOPRAM 20MG COMPRIMIDO e etc) Processo nº. 33409.002486/2025-43. O Pregão será realizado no site <https://www.gov.br/compras/pt-br>, onde o Edital está à disposição dos interessados.

RNBL I Energética S.A.
CNPJ/MF nº 48.173.752/0001-80 – NIRE 33.300.345.698

Edital de Convocação. Assembleia Geral Extraordinária

São convidados os Senhores Acionistas da RNBL I Energética S.A. a participarem da Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada na Avenida Almirante Júlio de Sá Bierrenbach, nº 200, Edifício Pacific Tower, bloco 02, 4º andar, sala 403, Jacarepaguá, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 22.775-028, em primeira convocação, às 09h30, segunda convocação às 09:35 e terceira, e última, convocação às 09:40, do dia 09 de junho de 2025, para deliberar sobre a seguinte **Ordem do Dia: (i)** distribuição de dividendos apurados pela Companhia; **(ii)** deliberar sobre a redução do capital social da Companhia; **(iii)** consignar a renúncia do Sr. Flavio Martins Ribeiro ao respectivo cargo de diretoria; **(iv)** consolidar o Estatuto Social da Companhia; e **(v)** outros assuntos de interesse social. Rio de Janeiro, **Carlos Gustavo Nogari Andrioli – Diretor.** (30, 31/05 e 03/06/2025)

MRS LOGÍSTICA S/A
CNPJ/MF nº 01.417.222/0001-77 - NIRE nº 33.300.163.565
Companhia Aberta

Resumo da Ata de Reunião do Conselho de Administração da MRS Logística S.A.: Foi realizada Reunião do Conselho de Administração MRS Logística S.A. ("Companhia") no dia 14.05.2025 às 11h, na sede da Companhia, com a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração, na qual foi deliberada e aprovada, por unanimidade dos votos proferidos: (1) Aprovação e Divulgação do Relatório de Informações Trimestrais ("ITR") relativo ao 1º Trimestre do Exercício Social de 2025. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata sob a forma de sumário, que, lida e aprovada, foi assinada pelos membros presentes do Conselho de Administração e pela Secretária. Assinaturas: Luis Fernandes Barbosa Martinez, Presidente; Joana Bentes Meyer, Secretária; Carlos Hector Rezzonico; Fernando Lopes Alcântara; Luis Fernando Barbosa Martinez; Marcelo Cunha Ribeiro; Marcelo Leite Barros; Patrícia Silva Rodrigues Schell; Pedro Barros Mercadante Oliva; Raphael Marins Martins; Vítor José Melo Soares; e Wendel Gomes da Silva. Rio de Janeiro, 14 de maio de 2025. Joana Bentes Meyer, Secretária. **AVISO: O presente resumo é feito nos termos da Lei nº 6.404/76, art. 289, inciso I e não deve ser considerado isoladamente para a tomada de decisão. A íntegra da ata de Reunião do Conselho de Administração da Companhia está disponível no endereço eletrônico do jornal Diário do Acionista (diariodoacionista.com.br) e divulgada no site da CVM (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>) e da Companhia (<https://ri.mrs.com.br>). Joana Bentes Meyer, Secretária. Protocolo: 2025/00566914-1 Data do protocolo: 28/05/2025. Certifico o arquivamento em 29/05/2025 sob o número 00007001696**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

CEFET/RJ

**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA
CELSO SUCKOW DA FONSECA - CEFET/RJ**

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico SRP nº 90017/2025

OBJETO: Registro de preços para eventual aquisição de cartuchos, toners, tintas e unidades de imagem, visando atender às necessidades das unidades Angra dos Reis, Itaguaí, Maracanã, Maria da Graça, Nova Friburgo, Nova Iguaçu, Petrópolis e Valença do Cefet/RJ.

NÚMERO DO PROCESSO: 23063.003549/2024-01

ENTREGA DAS PROPOSTAS: A partir de 3/6/2025 às 8h (Horário de Brasília) no site www.gov.br/compras/pt-br/

ABERTURA DAS PROPOSTAS: Em 17/6/2025 às 14h (Horário de Brasília) no site www.gov.br/compras/pt-br/

RETIRADA DE EDITAL: O Edital e seus anexos estarão disponíveis no sistema Portal de Compras do Governo Federal - www.gov.br/compras/pt-br/, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

Angra dos Reis/RJ, 3 de junho de 2025
Felipe da Silva Terra
Pregoeiro do Cefet/RJ

UNIMED-RIO PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A.
CNPJ Nº 12.501.467/0001-02

Edital de Convocação da Assembleia Geral Extraordinária de 16/06/2025

O Presidente do Conselho de Administração da Unimed-Rio Participações e Investimentos S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 12.501.467/0001-02 ("Unimed-Rio Participações"), no uso de suas atribuições e com fundamento nos artigos 13, b, do Estatuto Social, convoca os seus acionistas ("Acionistas") para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no dia 16 de junho de 2025 de forma presencial ("AGE"), na Rua do Ouvidor nº 161, 10º andar, sala 2, Centro, Rio de Janeiro, (i) às 13:00 em 1ª (primeira) convocação, com a presença de, no mínimo, Acionistas que representem 2/3 (dois terços) do total de votos conferidos pelas ações com direito a voto; e (ii) às 14:00 em 2ª (segunda) convocação com a presença de qualquer número de acionistas; a fim de votar a seguinte **Ordem do Dia**, nos termos do Estatuto Social: (a) autorizar a alteração do endereço da sede social da Unimed Participações da Avenida Armando Lombardi, nº 1000, Bloco 01, Sala 225, CEP 22.640-000 para a Rua do Ouvidor nº 161, 10º andar (parte), Centro, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP 20040-030; (b) aprovar (i) a celebração de transação tributária com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional ("PGFN") no âmbito da negociação de débitos fiscais e previdenciários, conforme proposta e requisitos constantes no requerimento SICAR nº 20240170578 ("Transação"); (ii) a dação em garantia do Hospital da Unimed-Rio, registrado sob a matrícula 334.208 no 9º Cartório de Registro de Imóveis da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro ("Imóvel") à PGFN, com a finalidade de atender requisito da Transação, conforme exigido pela PGFN; e (iii) a venda das quotas da Unimed-Rio Empreendimentos Médicos e Hospitalares Ltda., como parte da estratégia de desmobilização de ativos para cumprimento das obrigações atualmente existentes. As convocações ocorrerão por meio de publicação em jornal, nos moldes permitidos pelo art. 289, I da Lei nº 6.404/1977 (Lei das Sociedades por Ações). **Observações:** (1) No momento da votação dos itens, constantes da Ordem do Dia, serão apurados todos os votos a favor, votos contra e as abstenções; (2) A AGE será gravada e arquivada pelo prazo legal na sede da Unimed Participações.

Rio de Janeiro, 2 de junho de 2025.
Presidente do Conselho de Administração - Dr. Fernando César David Silva

FUNDAÇÃO SEADE

SP cria mais de 280 mil vagas de emprego no ano

O estado de São Paulo criou 284 mil vagas de emprego com carteira assinada nos primeiros quatro meses deste ano, o equivalente a 2,4 mil por dia. Os dados são da Fundação Seade, com base nas informações do Caged, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). No acumulado de 12 meses (de maio de 2024 a

abril de 2025), foram mais de 450 mil oportunidades. Só no mês de abril, o saldo foi de mais de 72 mil novos postos de trabalho.

Em todos os períodos, houve crescimento na criação de vagas de emprego no estado: 0,5% em abril, 1,98% no acumulado do ano e 3,2% no acumulado de 12 meses.

Além disso, o estado criou

28% do total de vagas com carteira assinada do país em abril, 31% do total no quadrimestre e 27,5% em 12 meses. Assim, São Paulo se consolida como a unidade da Federação que tem maior saldo de vagas do país.

SALÁRIO MÉDIO

Em abril, o estado de São Paulo teve o maior salário mé-

dio de admissão do país, de R\$ 2.552,62, seguido por Distrito Federal (R\$ 2.349,17), Santa Catarina (R\$ 2.283,40) e Rio de Janeiro (R\$ 2.272,53). No Brasil, o salário médio no período ficou em R\$ 2.251,81. O Sudeste foi a região com maior valor no país (R\$ 2.408,86). O aumento do salário em São Paulo foi de 1,53% em relação a março.

BEBEDOURO

CAC é preso por alugar armas para bandidos e vender drogas na internet

RENATA OKUMURA/AE

Um homem de 31 anos foi preso pela Polícia Militar de São Paulo por suspeita de alugar armas para criminosos e vender drogas pela internet. A ação ocorreu na última sexta-feira, no bairro Residencial Centenário, em Bebedouro, no interior paulista.

Conforme a Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo, foi apurado ainda que ele utilizava o registro de Colecionador, Atirador Desportivo e Caçador (CAC) para adquirir armamentos e alugá-los. A identidade dele não foi revelada, desta forma

a defesa não foi localizada.

Conduzido à Delegacia de Polícia de Bebedouro, ele permaneceu detido em flagrante por tráfico de drogas e porte ilegal de armas.

ARMAS E DROGAS

Conforme a investigação, policiais da Força Tática estavam em patrulhamento quando avistaram um veículo com os vidros totalmente escurecidos e decidiram abordá-lo.

Durante a abordagem, o motorista demonstrou nervosismo com a presença da equipe, aumentando as suspeitas contra ele.

"Na revista pessoal, os policiais encontraram, dentro da meia do suspeito, 27 porções de cocaína já embaladas para venda. No carro, foi localizada uma pistola calibre .380, carregada com 12 munições, além de um celular", disse a SSP.

De acordo com a polícia, os militares descobriram que o homem vendia drogas pela internet e também realizava as entregas.

Com relação ao armamento, apesar de apresentar os registros das armas, havia inconsistências na documentação, já que ele não cumpria as exigências legais previstas para o porte.

Desta forma, a equipe decidiu

ir até a residência do suspeito, acompanhada por ele, onde encontrou mais armas e drogas.

"Ao todo, foram apreendidas duas pistolas, duas carabinas, 332 munições, 28 porções de cocaína e um tijolo de maconha. Também foram encontrados balanças de precisão, cadernos com anotações sobre o tráfico, carregadores de munição e R\$ 555 em espécie. Todos os itens foram encaminhados à perícia", afirmou a SSP.

Conforme os registros, esta foi a segunda vez que o homem foi preso pelo mesmo crime. Não há mais detalhes sobre a primeira detenção.

SEGURANÇA

SP tem menor índice de homicídios, latrocínios e roubos em 25 anos

O estado de São Paulo registrou uma queda histórica no número de homicídios e latrocínios. Os dados da Secretaria da Segurança Pública indicam que, entre janeiro e abril deste ano, os crimes contra a vida atingiram o menor patamar desde 2001.

Os latrocínios tiveram 15% de queda no período. A quantidade passou de 60, no ano passado, para 51 crimes neste ano. A maior queda foi registrada no interior paulista, com 21 casos. Somente em abril, aconteceram 13 roubos seguidos de morte em todo o estado, um a

menos na comparação com 2024.

Os homicídios dolosos — quando há intenção de matar — seguem uma tendência de queda no estado. De janeiro a abril, aconteceram 839 roubos intencionais. Essa foi a menor quantidade para o período desde 2001, quando teve início a série histórica. Apenas em abril, houve 197 crimes.

A redução no interior do estado chegou a 12,3% no quadri- mestre. No ano passado, aconteceram 552 homicídios. De janeiro a abril deste ano, a Polícia Civil registrou 484 mortes.

REDUÇÃO

No quadrimestre, as Delegacias de Defesa da Mulher (DDMs) registraram 81 feminicídios em todo o estado. Em relação a 2024, houve uma queda de 10% nos crimes contra a mulher. Em abril, aconteceram 20 crimes.

Além disso, as DDMs investiram 1.174 casos de estupro no mês de abril. O índice foi 3,6% menor se comparado aos 1.219 registrados no mesmo período do ano passado.

Roubos atingem menor patamar em 25 anos no estado de São Paulo

As estratégias adotadas pela Secretaria da Segurança Pública no combate aos crimes patrimoniais no estado de São Paulo resultaram em uma nova queda dos roubos em abril. Foram 13.981 registros no período, 17,6% a menos que os 16.972 boletins de ocorrências elaborados em abril de 2024. Esse índice foi o menor para o período desde 2001.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO
CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 98ª EMISSÃO, EM 3 SÉRIES, DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários em 3 (três) Séries, da 98ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Faria Lima, 1234, conjuntos 41, 42, 43 e 44, São Paulo/SP, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Títulos dos CRI", "CRI", "Emissão" e "Securritizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o Termo de Securitização de Recebíveis Imobiliários lastreados em Créditos Imobiliários devidos pela NS ITAUBÁ EMPREENDIMENTOS LTDA. ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunir-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRI ("Assembleia Especial") em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 23 de junho de 2025, às 15:30 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A Assembleia Especial de ser realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular do CRI, conforme previsto neste edital. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: I. Aprovar a concessão de waiver, a fim de não configurar uma Hipótese de Vencimento Antecipado, conforme previsto na Cláusula 8.1, subitem (vi), do Termo de Securitização, bem como na Cláusula 8.1, alínea (j), do Instrumento Particular Da 1ª (Primeira) Emissão de Notas Comerciais Escriturais, Não Conversíveis Em Participação Societária, Com Garantias Real e Fidejussória, Emitidas Em Série Única, Para Colocação Privada, da Ms Itajubá Empreendimentos Ltda ("Termo de Emissão"), em decorrência do descumprimento da obrigação não pecuniária de enviar as declarações de imposto de renda dos Fidejussores PF (conforme definido nos Documentos da Operação) do exercício social encerrado, conforme previsto na Cláusula 10.1, alínea (d), do Termo de Emissão; (ii) Caso aprovado o item (i) acima, aprovar a concessão de prazo adicional de 30 dias, contados da celebração da Assembleia para regularização do referido descumprimento; (iii) Aprovar a concessão de waiver, a fim de não configurar uma Hipótese de Vencimento Antecipado, conforme previsto na Cláusula 8.1, subitem (vi), do Termo de Securitização, bem como na Cláusula 8.1, alínea (j), do Termo de Emissão, em decorrência do descumprimento da obrigação não pecuniária registrada no Instrumento Particular De Alienação Fiduciária De Imóvel Em Garantia E Outras Avenças ("Instrumento Particular De Alienação Fiduciária de Imóvel") perante o Registro de Imóveis da Comarca de Barra Velha-Santa Catarina ("Cartório Competente"), conforme previsto na Cláusula 1.8 do Instrumento de Alienação Fiduciária de Imóvel; (iv) Caso aprovado o item (iii) acima, aprovar a concessão de prazo adicional de 90 dias, contados da celebração da Assembleia, para regularização do referido descumprimento; (v) Ratificar a constituição da Alienação Fiduciária de Imóveis (conforme definido nos Documentos da Operação), por meio da celebração de instrumento particular oral de escritura pública, de forma que todas as referências à escritura pública relacionadas a tal garantia nos Documentos da Operação serão ajustadas nesse sentido, sendo certo que, caso a Alienação Fiduciária de Imóveis seja celebrada por meio de instrumento particular, a Devedora (conforme definido nos Documentos da Operação) continuará obrigada a registrar o referido documento no Cartório Competente; e (vi) Autorizar a Emissora e o Agente Fiduciário a praticarem todos os atos necessários, bem como celebrarem todos os documentos essenciais à efetivação da deliberação. Instruções Gerais: A Assembleia Especial será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da Assembleia Especial para o e-mail af.assembleias@oliveiratrust.com.br com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para Assembleia Especial- CRI (Itajubá) (98)", observando o disposto na Resolução CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer dos Titulares dos CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na Assembleia Especial. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares dos CRI, nas páginas da Securritizadora (https://www.canalsecuritizadora.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cm.gov.br - Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securritizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da Assembleia Especial de Investidores. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização).

São Paulo, 03 de junho de 2025

Nathalia Machado Loureiro - Diretora de Securitização

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO
CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO IMOBILIÁRIOS, EM SÉRIE ÚNICA, DA 25ª EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO IMOBILIÁRIOS DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO.

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª Série da 25ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima 1234, 4º andar, CEP 01451.001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Títulos dos CRI", "CRI", "Emissão" e "Securritizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o disposto na cláusula 15 do "Termo de Securitização De Certificados De Recebíveis Imobiliários Da Série Única Da 25ª Emissão" ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunir-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRI ("AGT"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 23 de junho de 2025, às 15:00 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A AGT será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular do CRI, conforme previsto neste edital. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: I. Aprovar a concessão de waiver, a fim de não configurar um Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, conforme previsto na Cláusula 8.2, subitem (ix) da "Cedula de Crédito Bancário n.º 10350008-1" ("CCB"), em decorrência dos descumprimentos das obrigações não pecuniárias de envio, pela Devedora à Securritizadora, das respectivas demonstrações financeiras auditadas e cópia da declaração do imposto de renda de pessoa física com relação aos Avalistas, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, cujo prazo findou em 31 de março de 2025 como previsto na Cláusula 10.1, subitem (i) alínea "a e b" da CCB, bem como na Cláusula 4.1 subitem (xii) do "Instrumento Particular De Contrato De Cessão De Créditos Imobiliários E Outras Avenças" ("Cessão de Créditos"). (vii) Aprovar a concessão de waiver, a fim de não configurar um Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, conforme previsto na Cláusula 8.2, subitem (ix), da CCB, em decorrência do descumprimento da obrigação não pecuniária de envio, pela Devedora à Securritizadora, das declarações semestrais junto ao Relatório Semestral, cujo prazo findou em 31/01/2025, conforme Cláusula 10.1, subitem (xiii) da CCB; III. Aprovar a concessão de waiver, a fim de não configurar um Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, conforme previsto na Cláusula 8.2, subitem (ix), da CCB, em decorrência do descumprimento da obrigação não pecuniária de envio anual ao Agente Fiduciário, em até 120 dias contados do encerramento do exercício social, cópia das demonstrações financeiras e balanço social referente ao período encerrado, conforme previsto na Cláusula 4.1 subitem (xvii) do "Instrumento Particular De Alienação Fiduciária De Participações Em Garantia E Outras Avenças". IV. Caso aprovado os itens (i) a (iii) acima, conceder prazo adicional de 30 (trinta) dias contados da celebração da data deste assembleia, prorrogável por igual período se necessário, para que a Devedora apresente as obrigações requeridas; V. Aprovar as demonstrações financeiras do Patrimônio Separado referente ao exercício financeiro findo em 31 de dezembro de 2024; VI. Aprovar a alteração da definição de "Instituições Financeiras Permitidas", disposta na Cláusula 1. de Definições do Termo de Securitização, que passará a vigorar conforme redação abaixo: "Instituições Financeiras Permitidas": As instituições financeiras nas quais os Investimentos Permitted devem ser mantidos. São elas: Banco Bradesco S.A., Itaú Unibanco S.A., Banco Itaú BBA S.A., Banco Santander S.A., Banco do Brasil S.A. e Caixa Econômica Federal, XP Investimentos S.A., e banco BTG PACTUAL S.A.. VII. Aprovar a substituição do atual Agente Fiduciário pela Terra Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 03.751.794/0001-13, em razão da descontinuação dos serviços de agente fiduciário prestados pela H. Commor Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda, conforme proposta que seguirá em forma de anexo na Ata. VIII. A autorização para que o Agente Fiduciário e a Emissora pratiquem todo e qualquer ato, celebrem todos e quaisquer contratos, aditamentos ou documentos necessários para a efetivação e implementação das matérias aprovadas acima. Instruções Gerais: A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail fiduciario@commcor.com.br com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para AGT - CRI Vitoria Torres (25)", observando o disposto na Resolução CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na Assembleia Especial, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, com cópia para o Agente Fiduciário. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRI, nas páginas da Securritizadora (https://www.canalsecuritizadora.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cm.gov.br - Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securritizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AGT. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização).

São Paulo, 03 de junho de 2025. **Nathalia Machado Loureiro** - Diretora de Securitização

FAUNA SILVESTRE

Centro de Conservação é referência na proteção de espécies ameaçadas

Com uma trajetória marcada por conquistas inéditas e um papel cada vez mais relevante na preservação da fauna silvestre brasileira, o Centro de Conservação da Fauna Silvestre (Cecfau) da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (Semil) — que completa 10 anos no próximo dia 19 de junho — se firmou como referência nacional na reprodução de espécies ameaçadas e na produção de conhecimento técnico-científico voltado à conservação, com ênfase em três espécies: a arara-azul-de-lear, o micoleão-preto e a perereca-pintada-do-rio-pomba.

Para a secretária da Semil, Natália Resende, os resultados do Cecfau ao longo desta década reforçam o compromisso do Governo de São Paulo com a agenda ambiental. "O trabalho realizado no Cecfau é motivo de orgulho para o nosso Estado. Ele traduz em ações concretas o nosso empenho em proteger a biodiversidade brasileira com base na ciência, na inovação e em parcerias qualificadas", afirmou.

O Cecfau é, atualmente, a única instituição do Brasil a manter dois casais reprodutivos da arara-azul-de-lear — espécie que já foi considerada uma das mais raras do mundo, endêmica do sertão da Bahia. Desde 2019, o centro já registrou 26 nascimentos da espécie, com sete indivíduos destinados à soltura na Caatinga baiana.

Em janeiro de 2024, foi responsável por mais um marco: o nascimento do primeiro filhote de um casal geneticamente importante, em razão de sua origem selvagem, reforçando a contribuição da instituição ao Programa de Cativeiro da Arara-Azul-de-Lear, coordenado pelo ICMBio.

Esse feito coloca o Cecfau entre as poucas instituições do mundo com sucesso na reprodução da espécie. A primeira reprodução ocorreu em 1984, no Bush Gardens, nos Estados Unidos, com dois filhotes — mas por mais de duas décadas não houve novos registros. Em 2006, o Al Wabra Wildlife Preservation, no Catar, obteve uma nova reprodução: três

ovos, sendo um fértil, incubado artificialmente. Em 2007, foi a vez da Loro Parque Fundación, na Espanha, obter sucesso e, desde então, a fundação se consolidou como a principal referência internacional, com 45 filhotes nascidos de cinco casais reprodutivos ao longo dos anos.

Dez desses animais já foram destinados à área de soltura do Programa de Revigoração Populacional da espécie no Boqueirão da Onça. Atualmente, a fundação espanhola mantém apenas um casal ativo e outros dez em processo de aproximação.

"O Cecfau mostra o protagonismo do Estado de São Paulo na conservação da fauna brasileira. São avanços que vão além da reprodução: estamos formando uma base sólida de conhecimento, com impacto direto sobre políticas públicas e estratégias de proteção das espécies", afirma o subsecretário de Meio Ambiente da Semil, Jônatas Trindade.

No Brasil, o primeiro nascimento em cativeiro ocorreu em 2015, na antiga Fundação Parque Zoológico de São Paulo (FPZSP), sendo também o primeiro registro da América Latina. Desde então, esse casal já produziu 17 filhotes, dos quais seis foram encaminhados para soltura.

Em 2019, o Cecfau passou a integrar esse seleto grupo internacional ao registrar o nascimento de seu primeiro filhote. Desde então, 26 araras-azuis-de-lear já nasceram no centro paulista, com sete indivíduos enviados para soltura na natureza. Em janeiro deste ano, um novo casal também se tornou reprodutivo, com o nascimento de seu primeiro filhote em 2025.

"A arara-azul-de-lear simboliza a importância dos esforços coordenados para salvar espécies ameaçadas de extinção. O trabalho do Cecfau mostra como a atuação técnica e o investimento em pesquisa podem gerar resultados concretos para a biodiversidade brasileira", destaca Patrícia Lococque, diretora de Biodiversidade e Biotecnologia da Semil.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DAS 1ª E 2ª SÉRIES DA 76ª (SEPTUAGÉSIMA SEXTA) EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio das 1ª e 2ª Séries da 76ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Faria Lima, 1234, conjuntos 41, 42, 43 e 44, São Paulo/SP, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Títulos dos CRA", "CRA", "Emissão" e "Securritizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio para emissão de Certificados Recebíveis do Agronegócio das 1ª (Primeira) e 2ª (Segunda) Séries da 76ª (Septuagésima Sexta) Emissão da Canal Companhia de Securitização, Lastreados em Direitos Creditórios do Agronegócio devidos por Sempre Agtech LTDA. ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunir-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRA ("AGT"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 23 de junho de 2025, às 16:00 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A AGT será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação dos Titulares dos CRA, conforme previsto neste edital. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (I) Aprovar a concessão de waiver, a fim de não configurar um Evento de Vencimento Antecipado, conforme descrito na Cláusula 7.3. do Termo de Securitização, em decorrência do descumprimento não pecuniário de não entregar as demonstrações financeiras do término do exercício social de 30 de setembro de 2024, conforme disposto na Cláusula 8.2, item "ii" da Cláusula de Produto Rural com Liquidação Financeira ("CPR-F"); (II) Caso aprovado o item "i" acima, aprovar o prazo adicional de 10 (dez) dias a contar da data da formalização desta Ata, para a Devedora realizar a entrega das demonstrações financeiras à Securritizadora e ao Agente Fiduciário. Ressalta-se que o cálculo do Índice Financeiro (conforme definido na Cláusula 8.2, itens "ii", "xiii" e "xvii" da CCB), em decorrência do descumprimento da obrigação não pecuniária de envio anual ao Agente Fiduciário, em até 120 dias contados do encerramento do exercício social, cópia das demonstrações financeiras e balanço social referente ao período encerrado, conforme previsto na Cláusula 4.1 subitem (xvii) do "Instrumento Particular De Alienação Fiduciária Em Garantia E Outras Avenças". IV. Caso aprovado os itens (i) a (iii) acima, conceder prazo adicional de 30 (trinta) dias contados da celebração da data deste assembleia, prorrogável por igual período se necessário, para que a Devedora apresente as obrigações requeridas; V. Aprovar as demonstrações financeiras do Patrimônio Separado referente ao exercício financeiro findo em 31 de dezembro de 2024; VI. Aprovar a alteração da definição de "Instituições Financeiras Permitidas", disposta na Cláusula 1. de Definições do Termo de Securitização, que passará a vigorar conforme redação abaixo: "Instituições Financeiras Permitidas": As instituições financeiras nas quais os Investimentos Permitted devem ser mantidos. São elas: Banco Bradesco S.A., Itaú Unibanco S.A., Banco Itaú BBA S.A., Banco Santander S.A., Banco do Brasil S.A. e Caixa Econômica Federal, XP Investimentos S.A., e banco BTG PACTUAL S.A.. VII. Aprovar a substituição do atual Agente Fiduciário pela Terra Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 03.751.794/0001-13, em razão da descontinuação dos serviços de agente fiduciário prestados pela H. Commor Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda, conforme proposta que seguirá em forma de anexo na Ata. VIII. A autorização para que o Agente Fiduciário e a Emissora pratiquem todo e qualquer ato, celebrem todos e quaisquer contratos, aditamentos ou documentos necessários para a efetivação e implementação das matérias aprovadas acima. Instruções Gerais: A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da Assembleia Especial para o e-mail fiduciario@trusteedtm.com.br com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para Assembleia Especial- CRA SEMPRE 76", observando o disposto na Resolução CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer dos Titulares dos CRA indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na Assembleia Especial. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares dos CRA, nas páginas da Securritizadora (https://www.canalsecuritizadora.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cm.gov.br - Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securritizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da Assembleia Especial de Investidores. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização).

São Paulo, 03 de junho de 2025. **Nathalia Machado Loureiro** - Diretora de Securitização

**MEMORANDO**

Rússia exige que Ucrânia deixe 4 regiões para por fim à guerra

THAIS PORSCH/AE

Em memorando enviado ontem, para a análise da Ucrânia nas negociações de um acordo de paz, Moscou propôs o reconhecimento das regiões da Crimeia, Luhansk, Donetsk, Zaporizhzhia e Kherson como parte da Rússia e a retirada completa das unidades militares ucranianas desses territórios, segundo a agência de notícias russa Interfax.

O memorando russo prevê ainda a restauração das rela-

ções econômicas com Kiev, incluindo o trânsito de gás, sugere a confirmação do status da Ucrânia como um Estado sem armas nucleares - supondo neutralidade - e a imposição de um limite para o número de tropas e armas ucranianas, acrescenta a Interfax.

A agência estatal de notícias da Rússia Tass afirmou que o documento também exige a realização de eleições na Ucrânia e, em seguida, a assinatura de um tratado de paz.

Ucrânia diz que analisará proposta de paz da Rússia

LAÍS ADRIANA/AE

O porta-voz do Ministério de Relações Exteriores da Ucrânia, Heorhii Tykhyi, afirmou que o país analisará os documentos providenciados pela Rússia antes de comentar sobre seus detalhes, em coletiva de imprensa na manhã de ontem, ao lado do ministro da Defesa ucraniano, Rustem Umerov, após o término da segunda rodada de negociações.

Segundo o *Baha Breaking News*, Tykhyi disse que os russos recusaram propostas por cessar-fogo incondicional, algo que a Ucrânia considera "base para qualquer diplomacia", mas que houve avanço nas conversas para agendar um encontro entre o presidente da Rússia, Vladimir Putin, e entre o ucraniano, Volodymyr Zelenski. "Putin precisa estar presente" para as conversas de paz, pontuou.

De acordo com o *The Guardian*, Umerov acredita que os assuntos principais só poderão

ser resolvidos nos níveis de liderança, em uma conversa que também deveria envolver outras autoridades, como o presidente dos EUA, Donald Trump.

A Ucrânia propôs uma terceira rodada de negociações antes do fim de junho, entre os dias 20 a 30. Tykhyi enfatizou que "se Putin quiser encontrar Zelenski amanhã (hoje), ele estará pronto para encontrá-lo".

O jornal britânico também relatou que a Rússia rejeitou ofertas para um cessar-fogo incondicional, segundo um dos negociadores ucranianos, mas que o lado russo revelou ter proposto dois a três dias de cessar-fogo temporário para avançar nas negociações. Em evento, Zelenski reiterou pedido de mais sanções sobre petroleiros da Rússia e aumento da pressão para que o país aceite o fim da guerra, além de defender que países não podem permitir que Putin decida "quem entra ou não" na Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan).

DERROTA DO ALIADO

Premiê da Polônia diz que pedirá voto de confiança após derrota

O primeiro-ministro polonês, Donald Tusk (foto), disse, ontem, que pediria ao parlamento que realizasse um voto de confiança em seu governo de coalizão depois que seu aliado perdeu o segundo turno presidencial.

O resultado da eleição do fim de semana deixa Tusk politicamente enfraquecido, e há dúvidas se sua coalizão multipartidária conseguirá sobreviver até o fim de seu mandato, no final de 2027. Não ficou imediatamente claro quando o voto de confiança poderia ocorrer.

O anúncio de Tusk foi gravado e publicado nas redes sociais após a contagem de votos confirmar que o conservador Karol Nawrocki venceu o segundo turno das eleições presidenciais na Polônia, no fim de semana, de acordo com a contagem final de votos realizada na segunda-feira. Nawrocki obteve 50,89% dos votos em uma disputa acirrada contra o prefeito liberal de Varsóvia, Rafał Trzaskowski, que recebeu 49,11%.

Tusk disse que está preparado para trabalhar com Nawrocki se ele "demonstrar disposição para cooperar".

O governo de Tusk existe separadamente da presidência, mas o presidente tem o poder de vetar leis, e a vitória de Nawrocki tornará extremamente difícil para Tusk defender sua agenda pró-europeia.

Se Tusk sobreviver ao voto de confiança, isso mostrará que ele ainda tem condições para governar.



WIKIPÉDIA

A disputa deixou a Polônia apreensiva desde o primeiro turno da votação duas semanas antes, revelando profundas divisões no país ao longo do flanco leste da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) e da União Europeia.

O resultado sugere que se pode esperar que a Polônia adote um caminho mais populista e nacionalista sob seu novo presidente, que foi apoiado pelo líder do Executivo nos EUA, Donald Trump.

Trzaskowski admitiu a derrota e parabenizou Nawrocki na segunda-feira, agradecendo a todos que votaram nele. "Lutei para que construíssemos juntos uma Polônia forte, segura, honesta e empática", escreveu no X. "Sinto muito por não ter conseguido vencer a maioria dos cidadãos da minha visão para a Polônia. Sinto muito por não termos vencido juntos."

TRAMA GOLPISTA

Moraes marca depoimento de Bolsonaro e mais sete réus para dia 9 de junho

ANDRÉ RICHTER/A BRASIL

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), marcou para o dia 9 de junho, às 14h, o depoimento do ex-presidente Jair Bolsonaro e mais sete réus na ação da trama golpista. O interrogatório será feito presencialmente na sala de julgamentos da Primeira Turma do Corte.

O primeiro a depor será o tenente-coronel Mauro Cid, delator nas investigações. Em seguida, Bolsonaro e dos demais vão

depor em ordem alfabética.

A data foi designada após dos depoimentos de testemunhas de acusação e defesa.

Entre 19 de maio e 2 de junho, foram ouvidas 52 testemunhas arroladas pela Procuradoria-Geral da República (PGR), que faz a acusação, e pelas defesas dos acusados.

A expectativa é de que o julgamento que vai decidir pela condenação ou absolvição do ex-presidente e dos demais réus ocorra neste ano. Em caso de condenação, as penas passam

de 30 anos de prisão.

Os réus respondem pelos crimes de organização criminosa armada, tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado, dano qualificado pela violência e grave ameaça e deterioração de patrimônio tombado.

NÚCLEO 1

Os oito réus compõem o chamado núcleo crucial do golpe, o núcleo 1, e tiveram a denúncia aceita por unanimidade pela Primeira Turma do STF em 26 de março.

GENERAL GOLPISTA

PGR emite parecer a favor de manter Braga Netto na cadeia

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

A Procuradoria-Geral da República (PGR) enviou ontem ao Supremo Tribunal Federal (STF) parecer pela manutenção da prisão do general Walter Braga Netto, preso no âmbito das investigações da trama golpista. Ele é um dos réus na ação penal do golpe.

O general da reserva e vice na chapa de Bolsonaro em 2022 está preso desde dezembro do ano passado sob a acusação de tentar obter dados sigilosos da de-

lação de Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Jair Bolsonaro.

O parecer da PGR foi motivado por um recurso apresentado pela defesa de Braga Netto para derrubar a decisão do ministro Alexandre de Moraes, que manteve a prisão. A decisão foi assinada no dia 22 de maio.

No documento, o procurador-geral da República, Paulo Gonet, reafirmou que a prisão deve ser mantida para preservar o curso do processo e não poder ser substituída por medidas

cautelares.

"A gravidade concreta dos delitos, a lesividade das condutas e os perigos de reiteração delitiva e de obstáculo à instrução criminal são motivos suficientes a evidenciar a contemporaneidade e justificar a manutenção da custódia cautelada", afirmou o procurador.

Com a chegada do parecer ao STF, caberá a Alexandre de Moraes analisar o caso novamente. Não há data marcada para a decisão.

CÂMARA

Aprovado projeto que prevê fontes alternativas de água

A Câmara dos Deputados aprovou, ontem, o projeto de Lei (PL) 7.108/2017 que muda as diretrizes da Lei do Saneamento Básico. A proposta permite o uso de fontes alternativas de água, se houver legislação estadual ou municipal que autorize a iniciativa.

De autoria do deputado Hildo Rocha (MDB-MA), o projeto será enviado para análise do Senado na forma do texto

aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ), com a relatoria do deputado Baleia Rossi (MDB-SP).

A legislação atual (Lei 11.445/2007) proíbe o uso de outras fontes, como água do mar ou da chuva em instalações prediais. Com o projeto, a instalação hidráulica predial ligada à rede pública de abastecimento de água poderá ser alimentada

por outras fontes alternativas, desde que observada a legislação estadual ou municipal aplicável.

A proposta diz ainda que a política nacional de saneamento deverá prever o incentivo a projetos de uso de fontes alternativas de abastecimento de água e de reúso de água, bem como incentivo a projetos de dessalinização de água do mar e água salobra.

FLORESTAS

Projeto aumenta punição a quem provocar incêndios

LUCIANO NASCIMENTO/ABRASIL

A punição para quem provocar incêndio em floresta e em outras formas de vegetação poderá ser aumentada, passando de reclusão de 2 a 4 anos para reclusão de 3 a 6 anos e multa, conforme prevê o projeto de Lei (PL) 3330/24, aprovado ontem pela Câmara dos Deputados. A proposta, que ainda precisa passar pelo Senado, também proíbe o infrator de contratar com o poder público pelo prazo de cinco anos, após o trânsito em julgado da sentença.

Os deputados aprovaram um texto substitutivo ao projeto do deputado Gervásio Maia (PSB-PB). A proposta, relatada pelo deputado Patrus Ananias (PT-MG), determina ainda o agravamento da pena de um terço à metade, se o crime for praticado expondo a perigo iminente e direto a população e a saúde pública em centros urbanos; atingindo áreas de unidades de conservação ou áreas sujeitas, por ato do poder público, a regime

especial de uso; por duas ou mais pessoas.

O mesmo agravamento poderá incidir se o crime for praticado expondo a perigo iminente e direto espécies que constem em lista oficial de espécies raras ou ameaçadas de extinção e com a finalidade de obter vantagem pecuniária para si ou para outrem. A pena é aumentada até o dobro, se o crime resulta a morte de alguém.

No caso de ter sido praticado expondo a perigo a vida, a integridade física ou o patrimônio de outro, o crime terá o aumento da pena de um sexto a um terço. Se for culposo, ou seja, praticado sem dolo ou intenção, a pena será de detenção, de um a dois anos, e multa.

Patrus Ananias disse que o projeto estabelece uma penalização mais adequada para os criminosos ambientais, com responsabilização penal, administrativa e econômica dos infratores.

"A continuidade dessas práticas, muitas vezes facilitada pela

falta de punições mais eficazes, representa um desafio que precisa ser enfrentado com a colaboração de toda a sociedade e das autoridades públicas", destacou o relator.

O projeto não aplica punição nos casos em que a queima for controlada e prescrita, nem devido a seu uso tradicional e adaptativo. Ou seja, quando for aplicada visando o devido manejo ambiental.

O deputado disse ainda que muitos incêndios são causados por grupos criminosos e que o crime compromete o desenvolvimento econômico sustentável, intensifica desigualdades sociais e afeta a saúde pública, em virtude da emissão de poluentes e da destruição de ecossistemas.

"Grande parte desses incêndios decorre de atos criminosos, com registros audiovisuais comprovando a ação deliberada de incendiários, frequentemente associados a organizações criminosas que exploram ilícitamente recursos naturais.

MALUQUE

Paes veta dia da 'cegonha reborn' no Rio: 'não dá'

MARIA MAGNABOSCO/AE

O prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes (PSD), vetou integralmente o projeto de lei para criar o "Dia da Cegonha Reborn", com o intuito de homenagear o trabalho das artesãs que criam os bonecos hiper-realistas. Na manhã de ontem, Paes publicou uma foto do veto em seu perfil do X e escreveu "Com todo respeito aos interessados mas não dá".

O projeto do "Dia da Cegonha Reborn" foi aprovado pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro em 8 de maio - diante da repercussão que os bonecos ganharam no País. Caso fosse sancionada a proposta, a data escolhida para a comemoração seria no dia 4 de setembro.

De acordo com o relator do projeto, vereador Vitor Hugo (MDB), a justificativa para a criação da data comemorativa é valorizar o trabalho das "cegonhas" - nome dado às artesãs que confeccionam os bonecos.

"O nascimento de um bebê é um momento singular na vida de uma mulher, e não é diferente para as mães reborn, porém, os seus filhos são enviados por cegonhas, sendo esse o nome conferido às artesãs que customizam bonecas para se parecerem com bebês reais", diz o relator.

O texto de justificativa ressalta ainda a importância desses bonecos para pessoas que perderam um filho. "Tem sido utilizada em diversos países como forma de lembrança de um filho pequeno ou de um bebê que não sobreviveu, e ainda, tem contribuído para transformar os adultos colecionadores em mães e papais, que passam a adotar essas experiências em suas vidas reais."

Este não é o único projeto de lei em tramitação no País abordando a febre dos bebês reborn. Outros - um nacional e outro paulistano - visam proibir o uso dos bonecos em serviços públicos de saúde ou para tentar tirar proveito de benefícios legais para crianças de colo.

Esse tipo de boneco pode custar entre R\$ 750 e R\$ 9,5 mil, a depender do material e da complexidade de produção.

Os bebês reborn, bonecos hiper-realistas que imitam recém-nascidos, se tornaram a nova polêmica das redes sociais no Brasil nas últimas semanas. Vídeos publicados no TikTok e no Instagram mostram adultos tratando o brinquedo como crianças de verdade, agendando consultas médicas, dando mamadeira, trocando de roupa, levando para passear e até tentando usar assento e filas preferenciais.

Nota**GOVERNO DO RJ CELEBRA SUCESSO DE PARTICIPAÇÃO NO RIO2C**

A participação inédita da Secretaria de Estado de Esporte e Lazer no Rio2C marcou uma virada estratégica na valorização dos esportes eletrônicos no Brasil. Em parceria com a Federação do Estado do RJ de Esportes Eletrônicos (FERJEE), o Governo do RJ apresentou ao público e ao mercado o potencial do Rio de Janeiro como polo de inovação, criatividade e protagonismo no universo gamer. Durante os seis dias de evento, o stand oficial atraiu grande público e registrou lotação em todas as apresentações, consolidando os esportes como uma das principais atrações da edição 2025.